

CAPÍTULO 8

COMÉRCIO EXTERIOR

8.1 FATO NOVO NO CENÁRIO INTERNACIONAL

No meio da crise entre a Rússia e a Ucrânia, no início de fevereiro, depois de encontro Putin-Xi Jinping, os governos da Rússia e da China divulgaram longo comunicado que constitui um fato novo na ordem internacional e no desenvolvimento sustentável global. Nesse contexto, ressaltam a emergência de uma nova era, que deveria ser consolidada, evitando-se o estímulo à divisão da comunidade internacional.

Na visão da segunda maior potência global (China) e do segundo país com maior capacidade nuclear (Rússia), a ordem internacional passa por profundas transformações, tornou-se multipolar, com a redistribuição de poder no mundo, o que justificaria uma interação e uma interdependência entre os países, e não o incitamento às contradições e ações unilaterais. Por isso, pedem o reconhecimento dessa nova fase, cuja principal referência seriam as Nações Unidas e o Conselho de Segurança da ONU.

O documento afirma que os dois países decidiram formar uma inédita aliança política, militar, energética, tecnológica sem limites, sem nenhuma área proibida de cooperação. Rússia e China demandam uma nova forma de relação entre as potências mundiais, baseada em respeito mútuo, coexistência pacífica e cooperação benéfica para todos. O lado chinês apoiou as propostas apresentadas pela Rússia para criar um sistema de garantias de segurança de longo prazo na Europa, legalmente obrigatório. Integridade territorial e soberania emergem como conceitos basilares, junto com a necessidade de segurança em áreas adjacentes, o que significa a não expansão militar da OTAN para os países que fazem fronteira com a Rússia e a não entrada da Ucrânia

na OTAN, mas também o respeito ao princípio de Uma Única China, em relação à Taiwan e à crítica ao acordo militar na região Indo-Pacífico.

Essa nova visão de mundo não implica na destruição e refundação da ordem global, como estabelecida depois de 1945, mas com Rússia e China mais ativas dentro do sistema vigente.

Nesse sentido:

- Coincidem com a defesa da paz, da cooperação, do desenvolvimento sustentável, inclusive no Ártico, do meio ambiente, dos avanços tecnológicos e respostas aos desafios da segurança internacional.

- Defendem a democracia e os direitos humanos como aplicados por eles e rejeitam o uso desses princípios, segundo critérios ocidentais para exercer pressão em outros países.

- Notam, no tocante ao desarmamento, que a denúncia pelos EUA de importantes acordos de controle de armamentos teve um forte impacto negativo no tocante à segurança e à estabilidade internacional e regional. A saída dos EUA do Tratado sobre a Eliminação de Mísseis de Médio e de Pequeno Alcance, enquanto Washington desenvolve pesquisa para aperfeiçoamento desses mesmos mísseis e tem intenção de enviá-los para regiões da Ásia-Pacífico e Europa são preocupantes. Demonstram preocupação com o avanço de planos para desenvolver sistemas globais de defesa de mísseis e instalá-los em várias regiões do mundo, junto com armas nucleares de alta precisão para evitar ataques e outros objetivos estratégicos.

- Reforçam a importância do uso pacífico do espaço exterior e demandam um papel central para o Comitê da ONU sobre Usos Pacíficos do Espaço Exterior para promover a cooperação, manutenção o desenvolvimento de legislação internacional sobre o espaço e a regulamentação do campo das atividades espaciais para evitar que o espaço exterior se torne um campo de confrontação armada e reiteram sua intenção de evitar o armamentismo e uma corrida armamentista no espaço.

- Apoiam e consideram pilares da paz e segurança a preservação da Convenção de Armas Químicas e a Convenção sobre a proibição do desenvolvimento, produção e estocagem de armas bacteriológicas e tóxicas e demandam sua destruição.

- A Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, prejudicada pela pandemia, deveria ser reativada para que a nova fase do desenvolvimento global seja definida pelo equilíbrio, harmonia e inclusão.

O documento faz expressiva referência ao BRICS. Rússia e China afirmam que apoiam o aprofundamento da parceria estratégica com o BRICS, com a promoção e a expansão de cooperação em quatro áreas: política, segurança, economia e finanças e apoio humanitário. Nesse particular, pretendem encorajar a interação entre os membros do grupo nos campos da saúde pública, economia digital, ciência, inovação e tecnologia, incluindo inteligência artificial, além da crescente coordenação entre os países membros do BRICS nas plataformas internacionais. O grupo vai fortalecer o formato de convites para outros países participarem como convidados, como um me-

canismo efetivo de diálogo com associações e organizações de integração regional de países em desenvolvimento e países com mercados emergentes.

É muito cedo para arriscar prognósticos sobre seu impacto, mas a aliança estratégica, sem limites entre a China e a Rússia, pelo peso político e econômico desses países, poderá ser um marco na geopolítica global, por deixar explícita a visão do fim da hegemonia dos EUA e a afirmação de um mundo multipolar alternativo. O Brasil não vai poder deixar de se posicionar face a essa nova realidade, sobretudo em função da referência ao papel do BRICS.

8.2 PANORAMA INTERNACIONAL E NACIONAL DO TRIGO

A pandemia e agora o conflito entre a Rússia e a Ucrânia expuseram de forma dramática as vulnerabilidades de todos os países em áreas sensíveis e estratégicas. No caso do Brasil, no agronegócio, duas vulnerabilidades apareceram de imediato: a dependência externa de fertilizantes (85% da demanda interna é importada) e do trigo (60% do consumo doméstico é importado), nos dois casos, a grande parte da importação é oriunda de um único país (Rússia e Argentina, respectivamente).

Por outro lado, surgem oportunidades que deveriam ser aproveitadas pelo governo e pelo setor privado. No agronegócio, a dependência do setor exportador de poucos mercados e poucos produtos gera uma incerteza para o futuro de um setor que hoje representa 48% das exportações totais do Brasil, com ingresso de 79,32 bilhões de dólares. A expansão da produção de etanol, além do aumento da produção de fertilizantes e seus insumos, e da busca de autossuficiência no trigo, fortaleceriam ainda mais o setor e seria um reforço para a segurança alimentar. É urgente a definição de uma estratégia para o incremento da produção de insumos químicos e fertilizantes no Brasil para reduzir a dependência do mercado externo e a definição de uma política nacional do trigo e apoio a iniciativas visando ao aumento da produção interna em novas áreas, como o norte do Cerrado.

No caso do trigo, a redução de quase 30% da exportação da Rússia e da Ucrânia como consequência da guerra, desorganizou o mercado internacional do produto e fez com que o preço aumentasse significativamente desde o início do conflito. O recente acordo entre a Rússia e a Ucrânia, intermediado pela Turquia e pelas Nações Unidas, ainda demandará tempo para ser implementado. Com isso, as altas cotações internacionais do trigo continuarão a oscilar, dependendo de fatores conjunturais.

O setor da triticultura nacional está aproveitando a oportunidade que se abriu. As projeções para 2022/23 são bastante promissoras. A produção deve ter uma alta de 17% alcançando 9,05 milhões de t, a área plantada deve aumentar 6,6% chegando a 2,92 milhões de hectares, com a melhora na produtividade de cerca de 10%. Respondendo à oportunidade dos altos preços, a exportação deve subir acima dos 3 milhões de toneladas.

Recentemente, a Embrapa divulgou programa de estímulo à produção de trigo no norte do Cerrado, com técnicas e sementes diferenciadas, inclusive transgênicas.

Segundo informação divulgada pela empresa, a meta da Embrapa Trigo é promover o aumento de 300 mil hectares nesta safra, um crescimento de 11%. Somente esse aumento traria impactos para a balança comercial brasileira na ordem de R\$ 1,35 bilhão, isto é, o Brasil não precisa enviar para o exterior 1,35 bilhão de reais com as importações de trigo.

+ 100 mil ha no cerrado = 300 mil t trigo = R\$ 450 milhões na balança comercial

+ 200 mil ha no Sul = 600 mil t trigo = R\$ 900 milhões na balança comercial

+ 300 mil ha trigo no Brasil = 900 mil t = R\$ 1,35 bilhão na balança comercial

Em maio de 2022, a Embrapa Trigo aprovou junto ao Ministério da Agricultura um Termo de Execução Descentralizada (chamado de TED do Trigo Tropical), com uma proposta de agenda para a expansão do cultivo na região tropical. Oito ações compõem o plano que envolve a organização da produção de sementes, transferência de tecnologia, governança de cadeia, comunicação, zoneamento agrícola, fortalecimento de iniciativas locais, sistema de informações sobre a dinâmica municipal de produção de trigo e ações de pesquisa para brusone. As ações foram orçadas em R\$ 2,9 milhões e deverão viabilizar as atividades desenvolvidas nos próximos 36 meses. A TED segue no aguardo de liberação financeira do Ministério da Agricultura.

O Brasil também tem aumentado suas exportações de trigo. O Rio Grande do Sul exportou em 2021 um volume de 2,6 milhões de toneladas para os mercados de 14 países (Indonésia, Vietnã, Arábia Saudita, Marrocos, Paquistão, Israel, Venezuela, Turquia, Uruguai, África do Sul, Egito, China, Sudão e Equador). Nos primeiros 4 meses de 2022 (janeiro a abril) foram exportados 2,17 milhões toneladas.

Pesquisas no Brasil, inclusive da Embrapa, e no exterior, mostram que a aplicação de técnicas especiais no cultivo traz um benefício ambiental pela absorção de gás carbono no ciclo da safra de trigo.

Segundo referido pelo biólogo Fernando Reinach, teria sido descoberto na China um gene capaz de aumentar em cerca de 50% a produção de trigo e de arroz por hectare. Chamado de OsDREB1C, se confirmado seu efeito na produção, o gene poderá ser um fator muito positivo para o setor no Brasil e para a segurança alimentar no mundo.